

Guia do Estudante



As orientações abaixo o ajudarão em sua trajetória de aprendizagem.

O material didático, elaborado conforme os preceitos da Educação a Distância, é autoinstrucional, e o próprio aluno determina seu ritmo de estudos. Compõe-se de módulos e unidades, com informações e exercícios objetivos e de múltipla escolha necessários para o cumprimento dos objetivos propostos.

Prazo - O sistema considera o dia da sua matrícula como data inicial do curso. A partir de então, você terá 60 dias para conclusão. O não cumprimento do prazo estabelecido implicará o cancelamento automático de sua matrícula e consequente impedimento por 3 meses de nova matrícula nos cursos oferecidos pelo ILB.

Atividades de estudo - Diversas atividades irão auxiliá-lo, funcionando como reforço na aprendizagem. Após o estudo do conteúdo de cada unidade e módulo, você deverá realizar os Exercícios. Essas atividades foram desenvolvidas para você mesmo verificar o progresso obtido ao longo do percurso. As autoavaliações serão corrigidas automaticamente pelo sistema.

Avaliação Final - Para concluir o curso, faça a Avaliação Final, clicando no item "Avaliações" do menu lateral. Lembre-se de que a Avaliação Final, além de ser o único instrumento válido para a certificação do curso, **não poderá ser refeita depois de salva**. Logo, responda as questões apenas quando tiver certeza da resposta.

IMPORTANTE: Você só pode acessar a Avaliação Final quando concluídas todas as etapas do curso. O sistema não permite um segundo acesso. **Ao acessar a avaliação, você deve fazê-la por completo.**

(Atenção: quando se passam muitos minutos sem ação do usuário, o sistema bloqueia o acesso automaticamente).

Certificação - Na Avaliação Final você deverá obter no mínimo **70 pontos** (de 100 possíveis). Nesse caso, será aprovado e fará jus à certificação. O certificado será disponibilizado 60 (sessenta) dias após a data de efetivação da matrícula. Caso não tenha obtido o desempenho exigido, não desista. Você pode inscrever-se novamente neste ou em outro de nossos cursos sem tutoria após 3 meses. O ILB não fornece autenticação digital ou quaisquer outras comprovações além do certificado e da declaração emitidos eletronicamente e impressos pelo próprio aluno.

O Núcleo Web do ILB oferece apoio a problemas de acesso ao ambiente virtual de aprendizagem e orientações para a utilização dos recursos e ferramentas de EaD.

E-mail: ilbead@senado.gov.br

(Identifique a mensagem, informando seu nome completo e o curso em que está inscrito.)

Telefone: (00+55) (61) 3303-1475

Horários de atendimento ao aluno virtual: 10h às 12h e 15h às 17h (dias úteis)

Sugestões para um bom estudo:

- As atitudes do estudante a distância, traduzidas em hábitos de estudo, são fatores que ajudam o aluno a persistir e permanecer no curso, determinando o sucesso final.
- Administre bem seu tempo - assegure-se de que terá disponibilidade para se dedicar ao estudo.
- Execute as atividades propostas em sequência de módulos – eles são planejados de acordo com a complexidade dos conteúdos.

Apresentação

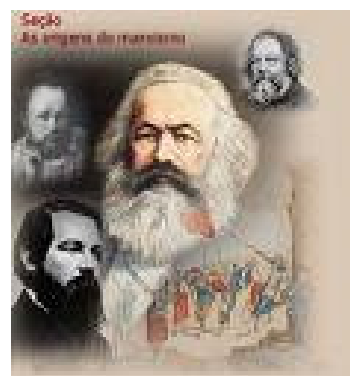
Apresentação

Estamos no início de um curso sobre Doutrinas Políticas Contemporâneas. Convém, assim, esclarecer alguns pontos sobre o significado do título e a forma do curso.

Que são doutrinas políticas contemporâneas?

Na perspectiva que aqui adotamos, são aquelas correntes de pensamento que inspiram e orientam os partidos políticos importantes – em termos de influência, voto e acesso ao poder – no mundo de hoje. Dito de outra maneira, aquelas correntes que definem os objetivos de partidos atuais e, em alguns casos, os meios recomendados para alcançar esses objetivos.

O critério, portanto, é prático. Não vamos discutir correntes de pensamento que alimentaram partidos fortes no passado, mas insignificantes no presente. Não vamos discutir, por exemplo, uma corrente conservadora, uma vez que hoje nenhum partido de peso defende o retorno à ordem econômica, social e política pré-moderna. Pela mesma razão, não discutiremos a corrente anarquista, uma vez que os partidos dessa tendência perderam peso, nos países onde ainda eram importantes, no período entre as duas guerras mundiais.



Na abordagem dessas correntes, o curso tem objetivos definidos. Ao



final, o aluno deve estar capacitado a:

- identificar os argumentos que cada corrente apresenta em sua defesa;
- relacionar as críticas recíprocas levantadas entre elas; e
- discutir esses argumentos e críticas para analisar a realidade política do Brasil.

Um esclarecimento final é necessário. Grandes correntes de pensamento político não são objetos que possam ser estudados a partir de uma definição clara, unívoca, aceita por todos. Adversários e partidários têm interpretações diferentes de cada corrente, e mesmo no interior de cada uma delas encontramos divisões importantes. A seleção de assuntos e autores feita no curso é, portanto, necessariamente parcial. Escolhemos obras de autores consagrados que tratam de temas que a maior parte dos liberais, socialistas, sociais-democratas e novos esquerdistas considera fundamentais. No entanto, outros temas e autores, talvez tão importantes quanto esses, ficaram de fora. Vamos discutir, para dizer de forma mais precisa, uma seleção de temas e autores importantes para cada uma dessas quatro correntes.

MÓDULO ÚNICO - Social-Democracia

Módulo único - Social-Democracia

Nosso terceiro módulo abordará a social-democracia. Iniciaremos a discussão com um breve histórico e uma relação de suas características principais. O problema central será compreender o processo de sua diferenciação a partir das posições socialistas tradicionais. Em seguida, na segunda unidade, discutiremos as bases materiais que tornaram possível a implantação e sustentação do tipo particular de compromisso que constituiu o governo social-democrata. Nosso guia, até esse momento, será a obra de **Adam Przeworski**, *Capitalismo e Social-Democracia*. Na terceira e última unidade deste módulo, examinaremos, desta vez tomando como base o livro *A terceira via*, de **Anthony Giddens**, as razões da crise do modelo social-democrata.



Ao final desta leitura esperamos que você possa:

- distinguir as características principais da social-democracia;

- indicar suas diferenças em relação ao socialismo;
- analisar as bases materiais para sua implantação;
- compreender a crise do modelo.

Unidade I - Social-Democracia: Histórico

Histórico e Características Principais

Para a análise da social-democracia, nesta unidade, tomaremos como texto base o conjunto de ensaios, já clássicos, de **Adam Przeworski**, reunidos, em 1985, sob o título Capitalismo e Social-Democracia.



Veremos, em seqüência, nesta unidade:

- origem da social-democracia;
- estado de bem-estar social.

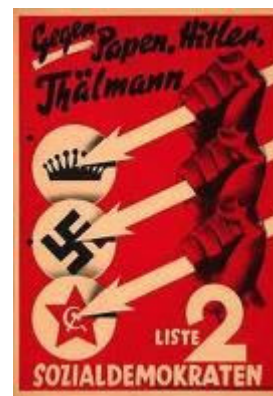
Página 1

1. A construção da social-democracia

Qual a relevância do fenômeno social-democrata? Em primeiro lugar, independentemente de suas limitações e falhas, a social-democracia parece ser a forma predominante de organização política dos trabalhadores em condições de capitalismo democrático. Se o caminho da insurreição é excluído, seja por inviável, seja por não conduzir ao socialismo, a via social-democrata surge como alternativa natural aos que perseguem os objetivos socialistas. Críticas são necessárias, nessa perspectiva, basicamente como meio de

correção e ajuste de rumos e políticas específicas, dado que o caminho geral, por exclusão, estaria afirmado. Apenas "corrigindo" a experiência social-democrata poderíamos chegar ao socialismo.

A própria idéia de analisar erros cometidos para aperfeiçoar as decisões posteriores implica uma concepção de história e política ausente em outras manifestações do pensamento socialista. Supõe a existência de condições objetivas que delimitam uma gama de opções possíveis, assim como a vontade livre, no interior dessa gama, de um operador político. Aceitar apenas a objetividade implica recusar a possibilidade de erros: a história leva necessariamente ao socialismo. Aceitar apenas a vontade, atitude comum nas diferentes correntes políticas que afirmam o "amadurecimento" completo das condições objetivas, implica dizer que a mudança não se realiza pela ausência de intenção de líderes e partidos políticos; não se realiza pela "traição", portanto. Traição é, segundo o autor, a forma conseqüente de ver a estratégia social-democrata, em um mundo livre de restrições objetivas.



Página 2

Na verdade, a social-democracia consiste num conjunto de escolhas políticas feitas em momentos cruciais. Outras opções eram possíveis e foram seguidas pelos "insurrecionalistas" de todos os matizes. Essas escolhas foram:

Primeira – promover o avanço do socialismo no interior do quadro das instituições políticas e sociais capitalistas;

Segunda – dirigir-se a um conjunto de **classes sociais** e não só aos operários como agentes da mudança; e

Terceira – dedicar-se à luta pelas reformas parciais do sistema, de interesse imediato das classes trabalhadoras.

Esse leque de escolhas exclui, evidentemente, a chamada "ação direta", como forma única ou preferencial de luta, recusa o monopólio dos operários da condição de agentes da mudança e nega o caminho que se resume a preparar um momento singular de ruptura do sistema, como a insurreição ou a "greve geral revolucionária".



[SAIBA MAIS sobre as classes sociais](#)

Página 3

A decisão mais importante que precede historicamente às demais é a participação. Não se tratava de uma decisão óbvia, até porque o direito de voto permaneceu limitado, por muito tempo, segundo critérios de renda e propriedade. No quadro das democracias liberais de então, os operários não votavam, e toda sua manifestação política, até aquelas que reivindicavam o direito de voto, extravasava as instituições estabelecidas e constituía forma de ação direta.



A questão se põe com ênfase para o movimento no instante em que se dissipam as ilusões de uma mudança feita por fora da política, à maneira dos socialistas utópicos, a partir de colônias ou quistos socialistas que por simples efeito-demonstração se difundiriam, acabando por tomar conta do corpo capitalista. Desde esse momento, é necessário optar: ou se recusa a participação e se combatem as instituições, ou o voto é aceito como mais uma arma do arsenal dos trabalhadores.

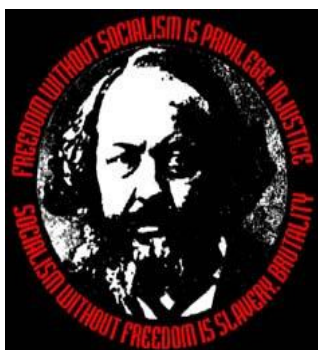
A questão subjacente, de forma alguma trivial, é se a burguesia respeitaria o resultado de um processo democrático que contrariasse seus interesses vitais. À vitória eleitoral socialista seguir-se-ia o golpe da reação? A dúvida perdurou por décadas, uma vez que em 1926, após seis décadas de debate, os social-democratas austríacos ainda se sentiam no dever de alertar que respeitariam a ordem constitucional, mas que a reação golpista da direita, caso ocorresse, seria reprimida de forma ditatorial.



[Curiosidades sobre a importância do voto](#)

Página 4

De qualquer maneira, no que respeita a essa questão, os anarquistas posicionaram-se de imediato contra a participação. A seu ver, a miragem das eleições domesticaria o movimento dos trabalhadores, levando-o a abandonar seu propósito revolucionário.



A linhagem alternativa que deu origem a socialistas e comunistas, optou pela participação. No início, sem muita expectativa: eleições eram vistas como terreno propício à propaganda e ao recrutamento de novos militantes; ou, no máximo, como indicador do ânimo dos trabalhadores para encarar a insurreição.

No entanto, a participação é mecanismo dotado de lógica própria, que não permite meio termo. No início, os socialistas participavam apenas das eleições; não faziam acordos relativos ao segundo turno ou à partilha de cargos das mesas dos parlamentos. Participar em governos de coalizão sequer era cogitado. Aos poucos, a consciência de que as regras do jogo constitucional deveriam ser aceitas ou recusadas na íntegra levou-os a fechar acordos, participar das mesas e, em 1924, a assumir o governo na Grã-Bretanha. Mesmo então, esse passo foi polêmico e teve que ser justificado com o argumento da experiência a se ganhar, necessária a um futuro governo suficientemente majoritário, capaz de implementar o programa de mudanças.





Na verdade, à medida que a pura abstenção política e a participação restrita se revelavam inviáveis, os trabalhadores começaram a valer-se da estrutura partidária social-democrata para atender a seus interesses particulares de classe. Afinal, no capitalismo, os capitalistas participam diretamente das decisões relativas à economia, particularmente no que se refere à alocação produtiva do lucro e à distribuição do excedente entre salários e lucros. Nessas questões, "votam" todos os dias, produzindo tendências que revelam os efeitos combinados do conjunto das decisões individuais.

Já os trabalhadores, impossibilitados de atingir seus objetivos de forma direta no mercado, devem recorrer a instituições como sindicatos e partidos. Sendo assim, a democracia política e o **sufrágio universal** passam a ser tratados pelo movimento operário como corretores das disparidades distributivas que o mercado propicia.

Durante alguns anos conviveram ambas as táticas, a institucional e a ação considerada direta. Sem dúvida, contribuiu para a predominância da primeira opção o fato de as greves gerais deflagradas para a obtenção dos direitos políticos, o sufrágio universal masculino, haverem sido vitoriosas onde ocorreram, como na Bélgica e na Suécia. Ao mesmo tempo, todas as greves gerais desencadeadas com objetivos econômicos, com potencial para evoluir para uma situação de "greve geral revolucionária", entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, foram derrotadas, com perdas duradouras para o movimento operário.



Nas palavras de Kautsky, teórico e dirigente da social-democracia alemã, a própria luta econômica requer direitos políticos e "estes não caem do céu". Ou seja, a participação era necessária. Tornava-se necessário ao partido organizar os trabalhadores como classe, ou seja, organizá-los para votar como trabalhadores.

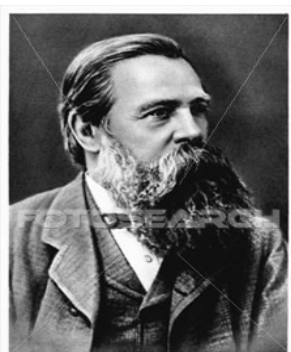
A opção pela participação envolvia riscos. O consentimento dos trabalhadores às instituições políticas do capitalismo poderia levar a seu fim ou apenas contribuiria para reforçá-lo? Um claro antagonismo era percebido entre os objetivos estratégicos e táticos do movimento: a superação do capitalismo exigia um forte movimento de massas, mas um movimento de massas, por sua vez, exigia atenção e prioridade para reivindicações menores e mais prosaicas, ligadas ao cotidiano do trabalhador.

Outros complicadores apresentavam-se ao movimento social-democrata, segundo o autor. O voto coloca o eleitor na sua condição de indivíduo, sendo uma prática política que tende, portanto, a obscurecer o caráter de classe da ação política. O próprio instituto da representação constituía problema na tradição do movimento, problema que a democracia de conselhos ou comunas tendia a controlar com a eventual demissão de representantes e com o mandato imperativo. Mesmo o surgimento espontâneo desse tipo de democracia nas insurreições operárias conhecidas comprova a relação tensa entre o movimento e o instituto da representação.

Por outro lado, participar regularmente em eleições implicava, como ainda implica, construir uma máquina partidária eficiente, com uma burocracia forte que inevitavelmente passa a preponderar nas decisões partidárias, levando o movimento a uma tendência de aburguesamento. Além disso, a opção eleitoral tem como consequência lógica o abandono dos instrumentos característicos da ação direta. A continuidade do seu uso provoca a desconfiança e rejeição do eleitor, além de fazer pesar a suspeita de oportunismo: "voto quando somos maioria, insurreição quando somos minoria".

Finalmente, o recurso continuado aos instrumentos da democracia fortaleceu a tendência no movimento a considerar o socialismo a seqüência lógica da democracia, sua simples extensão para os planos econômico e social. A democracia passa então do status de instrumento de luta, de meio, para a consecução de um determinado fim, o socialismo, para o de um valor a ser preservado e ampliado na nova sociedade. A revolução operária não eliminaria a obra da Revolução Francesa, mas a terminaria.

É preciso assinalar a presença de um elemento de cálculo estratégico na adesão do movimento operário às regras do jogo eleitorais. Conforme a ortodoxia marxista, os operários viriam a constituir a maioria da população, em todos os países capitalistas. Afinal, para expandir-se, obedecendo a sua lógica imanente, o capitalismo precisava de um número crescente de operários. O sistema criava seus próprios coveiros, na conhecida expressão de Marx. Assim, cedo ou tarde chegaria o momento em que os partidos operários representariam a maioria da população e contariam com a grande maioria dos votos.



1152798 fotosearch.com.br

Nessa perspectiva, a questão da insurreição perde sentido, dado que o movimento encontrava-se fadado a tomar o poder pelo voto, em condições de sufrágio universal. Essa interpretação encontra fundamento até em algumas passagens de **Engels**, que afirmam a república democrática como a forma por excelência da ditadura do proletariado.

Os dados pareceram indicar durante muito tempo o acerto dessas previsões. Retirados da ilegalidade e conseguido o sufrágio universal, todos os partidos socialistas europeus viram sua votação crescer exponencialmente, entre o fim do século XIX e a segunda década do século XX. Entre 1905 e 1925, uma boa parte deles alcançou seu auge eleitoral, uma maioria relativa situada em torno dos 40% dos votos.

Até esse momento, convém lembrar, esses partidos dirigiam-se prioritária ou mesmo exclusivamente à classe operária. No Partido Trabalhista Britânico, até mesmo a filiação individual de um membro de outra classe foi vetada pelos sindicatos até 1918.

Havia razões de ordem teórica para essa opção. Para Marx, a centralidade dos operários, na condição de atores políticos da mudança, devia-se a duas razões: sua condição de classe explorada no regime, diretamente interessada em sua superação; e sua capacidade, única fora da Burguesia, de organizar a produção.

No entanto, havia também razões de ordem prática ao menos tão importantes quanto as teóricas.

Em primeiro lugar, a competição econômica campeava entre os operários, assim como entre os capitalistas, e sua superação era condição indispensável ao aumento da eficiência do conflito contra a classe capitalista. Daí a necessidade de organizar um partido político identificado com a classe que demandasse o voto do trabalhador na condição de trabalhador.

Em segundo lugar, a ausência de um partido desse tipo facilitaria, na sociedade burguesa, a integração dos operários como indivíduos, votando conforme demandas de outra ordem – regionais, religiosas, ou outra qualquer. Por isso era importante demarcar a classe operária da “massa reacionária” constituída pelas demais classes.

Finalmente, o partido voltado para a classe era necessário para superar o viés imediatista e antipolítico dos trabalhadores, sempre interessados no confronto direto com o seu empregador, mas desconfiados do mundo da política.

Página 10

No entanto, essa concentração classista dos partidos operários teve que ser alterada por imposição do processo eleitoral. Com efeito, a classe operária, contrariamente às previsões de Marx, jamais chegou a constituir a maioria estável da população em qualquer país capitalista. Após seu momento de auge, quando, como vimos, se aproxima da metade da população total, perto da passagem do século, a participação dos operários, no sentido clássico do termo, na população cai constantemente. Em 1968 representavam 25% da população francesa; em 1971, 20% da população belga, para ficar apenas em dois exemplos expressivos.

A economia havia mudado. O crescimento, não antecipado pela teoria, do setor de serviços demandava cada vez mais trabalhadores. A nova legislação, resultado do empenho dos socialistas, fazia aumentar também a importância de estudantes e aposentados na população total. Em suma, a previsão de Marx de uma sociedade no rumo da simplificação da estrutura de classes, com uma burguesia cada vez menor e mais rica, confrontada com uma massa operária majoritária e empobrecida, não se verificara.

A nova situação deixou aos partidos social-democratas uma alternativa difícil. De um lado, era possível preservar a homogeneidade social, a pureza de classe, o que implicava resignar-se à condição de minoria eleitoral. De outro lado, também era possível ultrapassar os limites da classe operária e dirigir o apelo político e eleitoral do partido a outras classes e camadas da população, percebidas como aliadas conjunturais dos operários. A soma dos votos tradicionais dos socialistas com os dos aliados de classe permitia pensar na maioria nas eleições.

Página 11

É preciso assinalar que esta última alternativa não implica necessariamente, ao menos na percepção de dirigentes e militantes da época, o abandono dos objetivos finais do movimento. Significava apenas reconhecer que, ao contrário da assertiva de Marx, a emancipação dos trabalhadores não seria obra exclusiva dos próprios trabalhadores.

De fato, à medida que a progressão eleitoral dos partidos social-democratas estagnava, a opção pelo

pluriclassismo se impôs. Os partidos passaram a dirigir-se ao povo, às classes populares, focalizando sua crítica num pequeno número de grandes capitalistas e especuladores. Os limites da categoria povo eram amplos o suficiente para abarcar perto de 90% da população desses países.

A social-democracia nunca chegou a percentuais similares de votos. Sua estratégia atraiu parte dos membros das classes populares, mas não todos. Paralelamente, parece haver-se estabelecido um círculo vicioso entre o apelo à classe e o apelo ao povo. Quanto mais os partidos modificavam seus discursos para atrair o voto de camponeses, trabalhadores de colarinho branco, funcionários públicos, intelectuais, maior a perda de seus votos operários tradicionais. No que parece ter sido um dos pontos culminantes do processo, a eleição britânica de 1979, 50% dos operários votaram nos conservadores.

Página 12

A busca da maioria encontrava-se, aparentemente, bloqueada nas duas alternativas eleitorais. A opção classista estava condenada à minoria, dado que a classe operária tendia a perder participação na população total. A opção popular, por sua vez, produzia uma perda de votos antigos que contrabalançava a conquista dos novos.



Mas quais as razões desse fenômeno?

A primeira e mais evidente razão é a concentração em objetivos comuns aos operários e outros integrantes da coalizão. A política popular dirige-se aos interesses da maioria do povo: operários são contemplados, não na sua especificidade de classe, mas como cidadãos de baixa renda, usuários dos serviços públicos, consumidores e contribuintes, por exemplo. Os interesses próprios dos trabalhadores passam a um segundo plano.

Há uma segunda razão, de caráter menos imediato. O discurso da opção popular interpela os eleitores como indivíduos, solicita sua escolha numa arena política neutra, voltada para o bem comum. Esse tipo de apelo enfraquece a identidade de classe e libera os operários a votar conforme as exigências de outros princípios, como região, religião e outros.

Página 13



Essas questões, no entanto, não foram antecipadas pelas lideranças que encaminharam os partidos social-democratas ao rumo do bloco de classes. Para eles, permanecia a validade do objetivo final do movimento: a abolição da propriedade privada, fonte da irracionalidade e da injustiça presentes na sociedade capitalista. Para eles, a luta por objetivos específicos, de interesse das classes populares, não constituía desvio em relação a essa meta, mas a construção do caminho que levaria a ela. O socialismo como etapa seguinte ao capitalismo era visto como inevitável, e os ganhos do movimento, de fundo popular ou operário, eram irreversíveis e acumulativos. Na expressão de **Jaurès**, líder do socialismo francês, a transição para a nova sociedade poderia



ser comparada à passagem de um navio pela linha do Equador: lenta, inexorável e imperceptível.



A seguir, examinaremos a feição que a social-democracia adotou a partir da década de 1930.

Página 14

2. O Estado do bem-estar social

É preciso ressaltar ainda que, naquele momento, a social-democracia carecia de uma política econômica própria. Partilhava com os partidos burgueses da crença no padrão-ouro, na necessidade do equilíbrio orçamentário. Mesmo as iniciativas de aumento salarial eram ponderadas com a necessidade de manter o lucro em patamares que garantissem o investimento futuro e a geração de novos empregos. O traço diferencial dos partidos social-democratas estava numa parcialidade distributiva em favor dos operários, seja diretamente, seja pela via popular. As medidas distintivas típicas eram a luta por um salário mínimo, políticas habitacionais, seguro-desemprego, tributação progressiva sobre a renda e a herança. Todas tiveram como resultado final a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Do marxismo o movimento herdara basicamente os argumentos da crítica ao capitalismo. Propostas efetivas de como proceder para sua superação resumiam-se à transferência da propriedade dos meios de produção para a coletividade: a nacionalização. No entanto, embora o período entre as duas guerras mundiais tenha testemunhado a ascensão de diversos partidos socialistas ao poder, nada se fez, praticamente, no sentido dessa grande diretriz.

Página 15

Duas razões estariam na origem dessa omissão

A primeira razão, uma ambigüidade conceitual quanto ao que fazer. Nacionalizar, ou seja, passar o controle para o Estado, ou socializar, entregando a empresa à gestão dos trabalhadores que operam aquela unidade particular de produção? Os partidos dividiram-se nessa questão, alguns enfatizando mais o aspecto planificador da propriedade estatal e outros o componente autogestionário. Aos olhos dos socialistas, contudo, essa última alternativa não poderia ser vista como definitiva, pois solucionava apenas a contradição interna à empresa, entre capitalistas e operários, mas não o conflito entre aquela unidade e o conjunto dos consumidores.

A segunda razão encontra-se no fato de os socialistas terem assumido o governo na condição de minoria ou na liderança de uma coalizão com outros partidos, contrários à política de nacionalização. Nessa situação, impõe-se a escolha entre dois caminhos. O primeiro é perseguir a nacionalização, o objetivo final, apesar da condição de minoria. A derrota subsequente teria utilidade pedagógica, ensinando às massas a identidade de seus aliados e de seus inimigos, preparando o advento de um governo socialista majoritário. Essa posição foi implementada apenas uma vez, em 1928, na Noruega, por um governo socialista que durou três dias. O segundo caminho é o das reformas, o da mudança do capitalismo a prestações, até o dia em que a maioria se volte para os partidos socialistas e as nacionalizações possam ser efetuadas.

Essa situação de carência de uma teoria econômica específica perdura até a década de 1930. Após a crise de 1929, uma série de políticas anticíclicas é implementada em diversos países. Seu fundamento teórico foi formulado por **Keynes** e o caso mais conhecido é o **New Deal** americano. No entanto, na mesma época, os governos socialistas da Noruega, Suécia e França iniciavam políticas de estímulo a demandas similares.



[SAIBA MAIS sobre o New Deal Americano](#)

Página 16

Essa situação de carência de uma teoria econômica específica perdura até a década de 1930. Após a crise de 1929, uma série de políticas anticíclicas é implementada em diversos países. Seu fundamento teórico foi formulado por **Keynes** e o caso mais conhecido é o **New Deal** americano. No entanto, na mesma época, os governos socialistas da Noruega, Suécia e França iniciavam políticas de estímulo a demandas similares.



O mundo pós primeira guerra

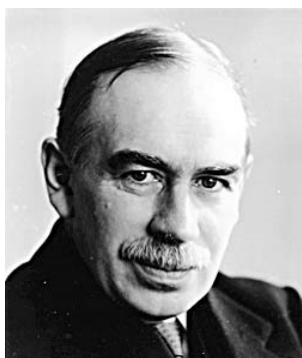
Criou-se um novo paradigma, no qual cabia ao Estado gerenciar o nível de demanda, seja mediante uma política de pleno emprego, seja pelo gasto público direto em obras de qualquer espécie. Aceitava-se um certo montante de déficit público, a economia assim aquecida saía da crise e iniciava-se um novo ciclo expansionista. No momento posterior, de prosperidade, procurava-se o equilíbrio das contas públicas.

A afinidade entre keynesianismo e social-democracia foi imediata e duradoura. Essa perspectiva permitia pensar a congruência entre os interesses particulares dos trabalhadores e os interesses gerais da sociedade. Aumentar a renda dos trabalhadores era a receita para fazer a economia crescer e beneficiar a todos. Os interesses populares, de todas as classes e grupos aliados, aparentavam uma afinidade, até então oculta, com os interesses da classe operária.



Para aperfeiçoar os seus conhecimentos sobre a Primeira Guerra Mundial, assista ao vídeo abaixo.

A assimilação do enfoque keynesiano à política econômica dos socialistas no poder marca o início do que se convencionou chamar Estado do bem-estar social. Não se trata mais de implementar reformas pontuais enquanto se aguarda o momento propício à nacionalização massiva. Criou-se, na verdade, um novo modelo, com a ambição de domesticar o capitalismo, em benefício de trabalhadores e consumidores. O papel ativo que o Estado passou a ter permitiria evitar a crise econômica e compensar os danos sociais do sistema, sem necessidade da nacionalização completa da atividade econômica.



O modelo, de grande aplicação na Europa, após a segunda guerra, apoiava-se em três pilares.

Em primeiro lugar, a presença do Estado como agente econômico, como provedor dos insumos fundamentais à economia, a preços módicos. Tornou-se comum o monopólio público em setores como crédito, aço, carvão, energia, transportes e comunicações. Todos eles estratégicos e de baixa rentabilidade para o capital privado. Entre os poucos casos de presença estatal em indústrias de bens de consumo, cabe citar, por sua relevância, a produção de automóveis.

Em segundo lugar, a promoção de políticas anticíclicas de prevenção e regulação de crises econômicas. Aqui o Estado age como controlador da demanda, normalmente suprindo-a, mediante geração direta ou indireta de postos de trabalho.



O terceiro pilar é a construção de uma rede de proteção que pretendia nada menos que a segurança absoluta para todo cidadão “do berço ao túmulo”. Integram essa rede as políticas de saúde, previdência, assistência social, habitação, transporte, educação, assim como todas as demais que o Estado utilize para o incremento da segurança e do bem-estar de sua população.

A rede de segurança tem o objetivo de sanar as seqüelas sociais do capitalismo. A presença do Estado na produção e na regulação do mercado imprimiria racionalidade a esse espaço, evitando a crise, ao menos a crise prolongada. Os capitalistas seriam induzidos a investir os seus lucros nos setores considerados pelo Estado como importantes para a eficiência do sistema. No limite, operariam como funcionários da coletividade.

O modelo supõe a possibilidade de os trabalhadores fazerem uso do Estado, onde cada pessoa representa um voto, para corrigir as distorções do mercado, esfera na qual o peso nas decisões é proporcional ao montante de recursos que cada um possui. A política prevaleceria, garantindo a justiça e a eficiência que o mercado seria incapaz de prover por períodos continuados.

A experiência da social-democracia na aplicação desse modelo trouxe à tona suas limitações estruturais. Na verdade, equidade e eficiência não são objetivos sempre compatíveis, mas muitas vezes até antagônicos. Em casos de tensões e conflitos aparece a principal barreira limitadora: a dependência da disposição do capitalista para o investimento.

O modelo depende do crescimento econômico, este do investimento e este último, por sua vez, do lucro e da expectativa de sua continuidade. Na hipótese de resistência ou desconfiança dos capitalistas, estes, a rigor, não precisariam sequer conspirar contra o governo: bastar-lhes-ia deixar de investir, para provocar em pouco tempo uma crise desestabilizadora, de conseqüências fatais para o governo.

Esse o dilema que atormenta os governos socialistas empenhados numa transição sistêmica, na superação do capitalismo por uma nova ordem econômica e social. Qualquer passo no sentido da nacionalização, da restrição dos mercados, retira os capitalistas da base de apoio ao governo e gera um momento de desorganização da produção. Essa crise tem seu ônus, em empregos e salários, e a classe trabalhadora não se mostrou historicamente disposta a suportá-los, mesmo com o aceno de benefício futuros até mais substanciais.

A crise é inevitável nessa situação. Um governo eleito com promessas de mudanças deve satisfazer as demandas dos diversos grupos de apoio a que deve a vitória. Esse leque de demandas pode ser atendido por um número limitado de meios: distribuição direta de renda, uso da capacidade produtiva ociosa, gasto das reservas internacionais e redução da taxa de lucros. Segundo Przeworski, os três primeiros sempre se mostrarão insuficientes, de maneira que a pressão no sentido da redução da taxa de lucros é inevitável.

Nesse momento ocorre a reação empresarial. Obrigados pela instância política a manter salários e empregos em montante maior que o necessário, aumentam seus preços, gerando inflação. Caso se imponham controles diretos sobre os preços, cessa a produção e surge uma situação de escassez. Processos com esse roteiro aproximado observaram-se na França, em 1936; em Portugal, na Revolução dos Cravos; e no Chile de **Allende**.

A conclusão do autor é da impossibilidade da mudança de sistema por meios democráticos. A perda inicial que os trabalhadores experimentam determina a retirada de seu apoio ao governo partidário da mudança, deixando-o debilitado para enfrentar com sucesso a reação conservadora. A melhor solução para os trabalhadores seria persistir no compromisso social-democrata, assegurar os ganhos possíveis em troca da renúncia à revolução social. Afinal, somente esse modelo assegurou, historicamente, a convivência entre capitalismo e democracia.

Ao estudar o histórico e as características principais da social-democracia, detivemo-nos nas opções fundamentais que levaram, com o tempo, a sua distinção em relação à corrente socialista tradicional. Em seguida, discutimos as características principais do produto de engenharia política que se associou à social-democracia a partir da década de 1930 e, principalmente, no pós-guerra: o conjunto de políticas econômicas e sociais que veio a ser conhecido como Estado do bem-estar social. Na próxima unidade vamos abordar as bases que tornaram possível o compromisso que é esse tipo de estado.



Antes, porém, vamos proceder a nossa auto-avaliação.

Unidade II - Bases materiais do compromisso socio-democrata

Unidade 2 - Bases materiais do compromisso social-democrata

Como vimos, uma das idéias correntes nos primórdios do movimento socialista era a crença na incompatibilidade, no médio e longo prazo, entre capitalismo e democracia. A existência simultânea desses dois elementos era considerada intrinsecamente instável. Numa situação como essa, a classe dominada procuraria de imediato estender sua emancipação política para o campo social, o que implicaria a eliminação do capitalismo. A burguesia, por sua vez, trataria de restabelecer a congruência ampliando a sujeição social dos operários para a esfera da política, limitando, sempre que possível, o sufrágio aos ricos e proprietários, e eliminando, assim, a democracia.

Na base dessa análise se encontra a constatação de que o conflito de interesses que opõe operários e patrões é insanável. Afinal, a relação entre ambos é de exploração, onde salário e lucro são resultados de um jogo de soma zero, e uma mudança qualitativa da situação de vida dos operários somente é possível por meio da superação revolucionária do sistema capitalista, numa ordem de novo tipo, de caráter socialista.

No entanto, a experiência mostrou que capitalismo e democracia conseguiram conviver, por períodos de tempo bastante extensos, sob determinadas condições.

Onde se encontraria a falha na argumentação de Marx e dos primeiros socialistas?

Conforme Przeworski, encontra-se nas conclusões equivocadas que foram retiradas dessa análise, em linhas gerais correta, a saber:

Primeira: embates em torno de interesses materiais levam a conflitos sobre a forma de organizar a sociedade;

Segunda: o sufrágio universal tem o dom de incrementar a luta de classes e o capitalismo só consegue se manter pela força; e

Terceira: o caminho para o socialismo passa pelas crises do capitalismo.

Pois bem, é evidente que a longa convivência do capitalismo com o sufrágio universal não quer dizer que a exploração de uma classe sobre outra, no sentido preciso da apropriação do trabalho excedente, tenha terminado. Apenas, essa exploração conta com o consentimento daqueles que a sofrem. Quais as razões desse consentimento? Essa a pergunta que Przeworski tenta responder nos ensaios discutidos nesta unidade.



Analisaremos, portanto, nesta unidade, a seguinte questão central:

Por que a classe dos capitalistas é hegemônica?

Página 1

1. Razões da hegemonia da classe capitalista

A pergunta sobre as razões da persistência do capitalismo já havia norteado as reflexões de **Gramsci**. Para esse autor, a operação de diversos mecanismos no plano ideológico garantia a produção do consentimento ativo dos explorados. Não se trata, no entanto, de uma questão de ilusão coletiva, que o trabalho pedagógico dos militantes, informado pela ciência, pode por si só dissipar. Qualquer ideologia subsiste apenas quando dispõe de bases materiais para tanto.

A questão pode ser formulada, portanto, da seguinte maneira: quais as bases materiais, as condições objetivas, da hegemonia da classe dos capitalistas?

De pronto, é preciso reconhecer que os interesses dos explorados devem ser, de alguma forma, contemplados. Em outras palavras, a determinação da taxa de lucro situa-se entre dois limites: o montante do lucro não pode ser pequeno a ponto de inviabilizar o investimento e o crescimento econômico futuro; mas tampouco pode ser grande a ponto de deixar o salário do trabalhador no nível da subsistência, sem contemplar algo do seu interesse material.

Para tornar a argumentação mais precisa é necessário deixar explícitos alguns dos conceitos utilizados. Duas são as características básicas do capitalismo, para fins da análise. Em primeiro lugar, a produção dirige-se a terceiros, ao mercado, o que significa dizer que os produtores diretos não são auto-suficientes, mas dependentes. Em segundo lugar, os capitalistas são proprietários do lucro e monopolizam as decisões sobre o seu destino, ou seja, sobre a alocação de recursos na economia, a cada momento.

Página 2

De acordo com essas definições, a exploração dos trabalhadores é a mesma coisa que a lucratividade e produtividade do sistema. O ponto importante é que o lucro, ou seja, o interesse particular do capitalista, é condição da realização do interesse de todas as demais classes da sociedade. Todas dependem do crescimento, este depende do investimento, que, por sua vez, provém do lucro. Daí que os capitalistas possam aparecer como portadores do interesse universal daquela sociedade.

Esse ponto é de particular significação, pois implica reconhecer, conforme o autor, que a oposição entre interesse presente e futuro dos operários é inevitável. A perseguição dos interesses de longo prazo dos trabalhadores, ou seja, a mudança do sistema, não pode ser empreendida sem contrariar de imediato os interesses presentes do capitalista. Estes, numa situação de incerteza quanto à continuidade do lucro, suspendem o investimento, impondo perdas pesadas à sociedade, em particular aos trabalhadores, que vêem diminuir, de imediato, os salários e o montante de empregos.

Para evitar essa perda imediata, trabalhadores acedem ao compromisso com o sistema, renunciam a sua subversão, em troca de determinadas condições. Em primeiro lugar, os capitalistas em seu conjunto devem ser alocadores eficientes do lucro. Em outras palavras, devem dirigi-lo ao investimento produtivo, de maneira a gerar empregos. Devem, portanto, evitar aplicações improdutivas, o consumo conspícuo, além de, evidentemente, sua transferência a outro país.

Página 3

Aplicado o lucro da maneira mais eficiente possível, encontra-se montado o cenário para um conflito distributivo de resultado incerto. Aqui se produz a segunda condição necessária ao consentimento: a expectativa de uma progressão salarial dos trabalhadores.

Em síntese, o argumento do autor postula que enquanto perdurar a alocação eficiente do lucro, de forma a gerar novos empregos, e a expectativa de aumento continuado nos salários for razoável, é racional para os trabalhadores optar pela manutenção do sistema, uma vez que o caminho da mudança impõe perdas certas no curto prazo.

Alcançado esse compromisso, os salários não se manteriam no nível da subsistência, como pensava Marx, mas no patamar necessário à preservação do consentimento ativo dos trabalhadores com a exploração. A ausência de um compromisso desse tipo ou sua ruptura teria como consequência o impasse político e, no limite, o recurso exclusivo à coerção na esfera da política. Historicamente é o que parece haver-se verificado naqueles países europeus que enfrentaram greves gerais por motivos econômicos nas primeiras décadas do século. Em casos como esse, passa a valer a relação, afirmada por Marx, de incompatibilidade, no médio prazo, entre capitalismo e democracia.



[LEIA MAIS sobre Marx e o capitalismo](#)

Página 4

Ou seja, quando o capitalista desvia o lucro do investimento e fecha qualquer possibilidade de melhora da renda do trabalhador, a opção racional é a ruptura, no rumo do socialismo. Essa escolha não seria racional, nesse caso, apenas se o socialismo se revelasse, no futuro, menos eficiente que o capitalismo ou se as perdas que o caminho da mudança

impõe levassem os trabalhadores a uma situação material ainda pior que aquela provocada pelas condições capitalistas menos favoráveis.

Vimos, neste módulo, as bases materiais do compromisso social-democrata. Necessitam estas atender a duas expectativas dos trabalhadores. A primeira é a alocação eficiente do lucro, de maneira a gerar mais empregos. A segunda é a progressão salarial de maneira a que a remuneração do trabalho supere o nível de subsistência e apresente tendência crescente. Dadas essas condições, seria racional para os trabalhadores abdicar de seu interesse de longo prazo, a substituição da organização capitalista pelo socialismo. No próximo módulo vamos examinar as razões da crise do Estado do bem-estar social, iniciada na década de 1970.



Antes, porém, vamos fazer nossa auto-avaliação.

Unidade III - Razões da Crise da Social-Democracia

Discutimos na última unidade a análise adiantada por Przeworski a respeito das bases materiais do compromisso social-democrata, análise praticamente contemporânea a seu objeto. Debateremos agora uma abordagem da crise que se abateu sobre o paradigma social-democrata, desenvolvida por Giddens em 1999, com o benefício, portanto, de uma distância temporal maior dos acontecimentos sob exame.



Nesta unidade, portanto, estudaremos:

- crise da social-democracia;
- características da social-democracia clássica e do neoliberalismo e sua confrontação;
 - razões do sucesso social-democrata até os anos 70;
 - mudanças necessárias ao modelo.

1. A crise da social-democracia

Para Giddens, a onda de governos liberais que se seguiu ao final da década de 1970 demonstrou cabalmente o esgotamento das políticas implementadas até então pela social-democracia. O mundo

mudara e a esquerda demorou a dar-se conta da mudança. Talvez somente a queda do muro de Berlim tenha despertado a esquerda do seu torpor, apenas para mergulhá-la na incerteza e na perplexidade.

O fato é que o socialismo, na condição de portador de um programa econômico específico, teve fim. A questão passa a ser quais os meios, quais as políticas a propor para alcançar os valores tradicionais da esquerda? Como assegurar a igualdade num contexto de prosperidade? Reconhecida a impossibilidade de eliminar o mercado e a dificuldade de domesticá-lo no velho estilo, como conviver com ele? Como utilizar sua capacidade de emitir constante e automaticamente informações necessárias às decisões na esfera econômica e evitar as seqüelas sociais de seu funcionamento? Essas as questões fundamentais postas, no entendimento do autor, a uma esquerda de novo tipo, que se disponha a administrar as mudanças em curso no mundo a partir de sua perspectiva de valores.

Página 2

A nova direita, os partidários irrestritos do mercado, também enfrenta contradições e dificuldades. Em primeiro lugar, a crença, não verificada até o momento e pouco plausível no futuro, de que o mercado solucionará, sempre, no médio prazo, os desequilíbrios sociais que gera no curto prazo. Em segundo lugar, a contradição latente entre o liberalismo econômico e o conservadorismo no plano dos costumes, da vida pessoal. Qual a razão de postular, como fazem os conservadores britânicos e os republicanos americanos, indivíduos autônomos na esfera econômica, mas sujeitos à autoridade da tradição nas esferas da família, da nação, da arte e da ciência?

Giddens expõe seu entendimento acerca da crise do modelo social-democrata em dois momentos. No primeiro, apresenta elementos fundamentais que caracterizam, a seu ver, as posições da velha esquerda social-democrata e da nova direita neoliberal. No segundo, analisa as premissas do sucesso social-democrata e indaga de sua continuidade ou não no presente.

Página 3

1. Características da social-democracia clássica

a) Envolvimento difuso do Estado na vida social e econômica

Decorre diretamente da afirmação das duas principais funções do Estado que operam no sentido de manter o compromisso: prevenir a crise econômica e remediar as mazelas sociais.

b) Domínio da sociedade civil pelo Estado

A social-democracia clássica manifestava desconfiança aguda em relação às organizações da sociedade civil. A ação do Estado dispensava as iniciativas de quaisquer grupos de cidadãos organizados, por ser a princípio mais eficiente, uma vez que era sempre melhor informada e mais representativa, fazendo prevalecer os interesses da coletividade sobre qualquer tipo de particularismo.

c) Coletivismo

A satisfação das necessidades humanas de maneira igualitária leva à ênfase em soluções coletivas. A

discussão feita pelo sociólogo *Marshall* a respeito da progressão dos direitos sociais enfatiza particularmente esse ponto.



[CURIOSIDADES sobre Alfred Marshall](#)

Página 4

d) Administração keynesiana da demanda

Abordamos esse tópico algumas vezes em módulos anteriores. Resta assinalar que, para Giddens, encontra-se associado a outro traço: o corporativismo. O processo decisório passou a girar, cada vez mais, em torno do tripé Estado, empresários e trabalhadores, estes últimos representados por suas entidades de classe.

e) Mercado restrito

Trata-se do tema da domesticação do mercado, seja pela via da propriedade pública sobre setores relevantes da economia, seja pelo direcionamento das decisões dos capitalistas, via políticas de estímulo positivo ou negativo, a rumos compatíveis com o interesse da coletividade.

f) Pleno emprego

A meta permanente no horizonte social-democrata. Tem um peso significativo na agenda do pacto, pois, como vimos, contribui para a igualdade e é condição do financiamento do Estado do bem-estar social, pois implicaria, simultaneamente, o número ótimo de cidadãos contribuintes e o número mínimo de cidadãos beneficiários.

Página 5

Em contraste, a alternativa liberal que começou a confrontar a social-democracia com sucesso, a partir dos anos 1970, pode ser caracterizada por suas posições contrastantes em relação aos mesmos pontos anteriormente arrolados.

2. Características do neoliberalismo

a) [Governo mínimo](#)

O eixo da plataforma liberal, que considera o [Estado](#) fonte de ineficiência, corrupção e autoritarismo. Preconiza-se sua substituição, sempre que possível, pela livre iniciativa dos cidadãos.

b) [Sociedade civil autônoma](#)

É o corolário do ponto anterior. Indivíduos devem assumir a iniciativa nas esferas social e econômica

de maneira isolada ou na forma de associações voluntárias. Empresas são veículos da livre iniciativa, mas também o são todas as associações que reúnem os indivíduos para fins outros que não o lucro.

Página 6

c) Fundamentalismo de mercado

O mercado, campo de interação das iniciativas individuais na esfera econômica, tem a capacidade de sempre produzir a melhor solução possível, se não de imediato, no médio prazo. A intervenção premeditada do Estado distorce o funcionamento dos mecanismos de mercado, de forma que, embora os efeitos desejados sejam atingidos no curto prazo, suas conseqüências deletérias devem fazer-se sentir posteriormente. Em todo caso, o balanço geral acusaria sempre uma situação inferior à ótima.

d) Individualismo econômico com autoritarismo moral

As propostas neoliberais articulam, normalmente, a aprovação da autonomia individual no plano econômico com o respeito à tradição no plano moral. Como já assinalado, há um antagonismo latente entre ambas as posições.

e) O mercado de trabalho como um mercado a mais

O fato de o mercado de trabalho colocar em jogo a sobrevivência de indivíduos e famílias não deve ser motivo para um tratamento excepcional, com uma margem maior de intervenção do Estado sobre ele. Em outros termos, o Estado não deve obstar a perda de renda de determinados grupos, desfavorecidos por uma mudança na conjuntura. Todo emprego ou salário artificialmente preservado pesa sobre a sociedade como um todo e se reflete em perda de sua competitividade.

Página 7

f) O elogio da desigualdade

A desigualdade é considerada inevitável – afinal cada indivíduo é singular em suas aptidões e falhas –, e é benéfica. De maneira geral, o elogio da diversidade é, como vimos, um tema clássico do repertório liberal. A desigualdade de bens e renda é vista como o resultado, justo, de decisões de responsabilidade individual.

g) Nacionalismo tradicional

Um dos valores que faz a ponte entre os neoliberais e os antigos conservadores. A nação é valorizada e os alvos dessa atitude são, de costume, os imigrantes, a integração regional e as posturas abertas ao cosmopolitismo cultural. Daí a pretensão, comum, de limitar a globalização a seu aspecto econômico e, nele, à livre circulação de capitais, retendo o trabalho e a cultura às fronteiras nacionais.

h) Estado de bem-estar social como rede de segurança

A idéia é limitar a provisão de segurança por parte do Estado àqueles que "efetivamente dela necessitam". Recusa-se o princípio de um sistema universal, uma vez que, sempre que possível, os

indivíduos devem responder pela sua segurança nos planos da saúde, educação, previdência social, desemprego e outros. O fantasma liberal é que a assistência pública passe a ocupar todo o horizonte de vida dos assistidos, mutilando sua iniciativa.

i) Baixa consciência ecológica

Tal como no caso da social-democracia, a sensibilidade dos liberais para com o meio-ambiente é escassa. Predomina a crença de que boa parte dos problemas ecológicos é solucionável por mecanismos de mercado, uma vez que a escassez se traduziria de imediato em elevação de preços e desenvolvimento de alternativas mais baratas.

j) Realismo internacional

No plano internacional, a diretriz é o realismo: a mobilização dos meios mais eficientes para o atendimento de interesses nacionais predefinidos.

l) Mundo bipolar

O neoliberalismo partilha com a social-democracia o ambiente internacional de seu pensamento: um mundo regido pela lógica da competição entre dois grandes blocos.

Em resumo, temos:

Social-Democrata Clássica	Neoliberalismo
Envolvimento difuso do Estado na vida social e econômica	Governo mínimo
Domínio da sociedade civil pelo Estado	Sociedade civil autônoma
Coletivismo	Individualismo econômico com autoritarismo moral
Administração keynesiana da demanda	Fundamentalismo de mercado
Mercado restrito	
Pleno emprego	O mercado de trabalho como um mercado a mais
Igualitarismo	O elogio da desigualdade
Estado do bem-estar social abrangente	Estado de bem-estar social como rede de segurança

Baixa consciência ecológica	Baixa consciência ecológica
Internacionalismo	Nacionalismo tradicional
Realismo internacional	
Mundo bipolar	Mundo bipolar

Em síntese, a social-democracia postula a ascendência do Estado sobre o mercado. Ascendência legítima, uma vez que expressaria sempre o desejo da maioria. Na prática, as decisões são tomadas no diálogo entre o Estado, árbitro maior, e as classes empresariais e trabalhadoras.

No plano social, dá-se como certo que o indivíduo não é capaz de defesa própria em um leque importante de situações, nas quais é legítima e necessária a intervenção reparadora do Estado. O envolvimento da burocracia na vida das famílias assistidas é percebido como ônus inevitável do modelo.

As associações voluntárias são vistas com desconfiança em razão da deficiência em termos de profissionalismo e, principalmente, por não disporem de uma noção de conjunto do problema a que se dedicam, visão esta facultada apenas ao Estado.

O neoliberalismo, por sua vez, postula o menor Estado possível, sob controle do mercado e da sociedade civil. Esta disporia da energia suficiente para gerar a solidariedade de que a sociedade precisa.

O princípio mesmo do Estado do bem-estar social é posto em questão. A segurança dos cidadãos deve ser obra dos próprios cidadãos. Nas palavras de um de seus expoentes, no futuro o Estado do bem-estar social será visto com o mesmo desprezo que aquele hoje dedicado à escravidão.

No fundo, a segurança dos indivíduos só pode ser conseqüência do crescimento econômico, que distribuirá seus frutos de maneira desigual, recompensando as decisões acertadas e punindo todos os equívocos.

3. Premissas do sucesso do modelo social-democrata

Conforme Giddens, o sucesso do modelo social-democrata apoiava-se em cinco premissas. Na sua opinião, a confrontação que lhe moveu o neoliberalismo só passou a conseguir sucesso eleitoral no momento em que essas premissas foram ultrapassadas na sociedade. O modelo viu-se face aos novos desafios, para os quais as antigas políticas não constituíam mais resposta. Relacionamos, a seguir, as premissas apresentadas.

Primeira: Família tradicional

O Estado do Bem-Estar Social fundamentava-se no modelo de família tradicional: marido empregado, provedor do salário, e esposa fora do mercado, dedicada aos trabalhos domésticos. Nesse modelo, a equação do pleno emprego é de solução relativamente simples, uma vez que tem como alvo apenas a metade da população adulta. No momento em que a mulher ingressa no mercado de trabalho, o objetivo torna-se mais pesado, de alcance mais difícil.

Página 13

Segunda: Homogeneidade do mercado de trabalho



Mercado de trabalho homogêneo significa um nível semelhante de qualificação da força de trabalho. Até a década de 1970, o trabalho era predominantemente manual. Daí que, em caso de desemprego, o processo de requalificação do trabalhador e sua alocação em outro posto de trabalho era relativamente simples. Era fácil encontrar um outro trabalho também manual, também com um salário baixo. As novas condições tecnológicas decretaram o fim do trabalho manual. Os postos de trabalho contemporâneos exigem qualificação maior e remuneram mais o trabalhador. Nessas circunstâncias, o processo de requalificação pode ser mais complexo, e a alocação, mais difícil. Novamente, o objetivo do pleno emprego torna-se mais distante.

Terceira: Produção em massa

Também a produção em massa torna mais fácil o processo de tomada de decisões em favor do pleno ou máximo emprego. O planejamento da oferta de postos de trabalho é consideravelmente mais simples nessa circunstância. Hoje as empresas de pequeno e médio porte tendem a ganhar mais peso, dando maior complexidade ao mercado de trabalho.

Página 14

Quarta: Burocracia especializada

O modelo dependia, também, da existência de uma camada burocrática especializada, capaz de tomar as decisões "técnicas" acertadas, ou seja, compatíveis com os pressupostos do modelo, bem como de monitorar as políticas decorrentes. A transparência e a participação popular no processo eram características menos valorizadas que sua eficiência. Talvez essa seja a única premissa que continua realizável no presente.

Quinta: Economias nacionais no interior de fronteiras soberanas

Em outras palavras, um elevado grau de controle, por parte do governo, sobre as variáveis econômicas de maior relevância. Uma das condições das políticas inspiradas no keynesianismo é a preponderância da economia doméstica sobre os setores dependentes do exterior. Essa condição desaparece, a olhos vistos, nas condições de globalização em que vivemos. O Estado controla cada vez menos as variáveis

econômicas mais importantes, e a interdependência, evidentemente assimétrica, torna-se a regra.

Assista ao vídeo abaixo sobre os processos de desenvolvimento da globalização

Página 15

O recuo eleitoral dos partidos socialistas, a onda liberal que invadiu a Europa a partir de fins dos anos 1970, obedece, conforme esta perspectiva, a causas mais profundas que a simples volubilidade dos cidadãos ou a alternância entre oposição e situação. A erosão progressiva de cada uma dessas premissas teria posto, aos governos de esquerda, problemas cada vez mais difíceis de serem resolvidos nos seus parâmetros clássicos. O Estado do bem-estar social tornava-se, ao mesmo tempo, mais caro e mais ineficiente. A acumulação de insucessos parciais teria conferido credibilidade à alternativa neoliberal, provocando a sucessão de vitórias eleitorais.

4. As mudanças necessárias

A reação da esquerda só poderia se dar mediante a abertura de sua agenda às novas questões postas pelas mudanças em curso no mundo.

Em primeiro lugar, a mudança mais evidente, a das estruturas de apoio político para o projeto da esquerda. Tradicionalmente, a base de apoio da esquerda foi a classe trabalhadora. Com o tempo, como vimos, esfumou-se a esperança de atingir a maioria eleitoral apenas com base nessa classe, e a social-democracia operou uma guinada, ampliando o alvo de seu discurso para o "povo" ou para as "classes populares". Mesmo assim, a centralidade do apelo à classe operária foi mantida, e a conquista da maioria eleitoral não foi uma tarefa fácil, precisando superar o "trade-off" apontado por Przeworski.

Página 16

Pois bem, nas novas condições, as bases classistas da esquerda socialista e social-democrata manifestam uma fragilidade ainda maior. Na verdade, a própria determinação de classe sobre o comportamento político e eleitoral encontra-se abalada. Segundo dados citados por **Giddens**, na Suécia, país com forte e tradicional influência classista sobre o voto, a classe respondia, em 1967, por 54% das definições de voto. Em 1985, esse percentual havia caído para 34%.

Em outras palavras, não só os trabalhadores diminuem em número, como tendem cada vez mais a votar de acordo com outros valores que não aqueles vinculados à identidade de classe.

Esse movimento é congruente com as observações de **Inglehart** sobre a mudança de valores em curso no mundo contemporâneo. Haveria hoje uma tendência nos países afluentes, provocada pela prosperidade material e pelo sucesso do Estado do bem-estar social, no sentido da importância maior de valores não ligados à subsistência, valores pós-materialistas, portanto, em detrimento dos valores articulados à segurança material. Ganham peso como definidores de votos outras identidades, fundadas na etnia, religião, idade, gênero, cultura, entre outros, e, por outro lado, classe social, renda e consumo, por exemplo, perdem significação.

Esse fato não implica o abandono dos trabalhadores como grupo interlocutor importante dos partidos socialistas, mas impõe a consideração de outros grupos como mulheres, jovens e aqueles organizados em torno de questões que cortam o eixo direita-esquerda, como os verdes.

Atentos à necessidade de mudança, de interlocutores e de proposta, os diversos partidos socialistas europeus iniciaram um processo de transição. A partir da década de 1980 passaram a incluir em sua agenda temas como a produtividade econômica, a participação dos cidadãos, o desenvolvimento de estruturas comunitárias, a ecologia e a pluralidade de estilos de vida, todos antes subestimados.

A incorporação de temas como esses e sua articulação com a agenda antiga da social-democracia, ou seja, a tentativa de construção de um novo paradigma para a esquerda, é o tema dos próximos módulos.



Faça uma pausa e responda à auto-avaliação.

Palavras Finais

Palavras finais

**Muito bem, você chegou ao final do curso de Doutrinas Políticas Contemporâneas:
Social-Democracia!**

Esperamos que os conhecimentos aqui adquiridos sejam importantes para sua vida pessoal e profissional. E que você os multiplique, pois assim estará não só aprimorando e consolidando seu aprendizado, mas também ajudando a construir uma coletividade mais consciente e cidadã.